

Governadora

**Luciana
Amorim**

Vice **Caymmi Henrique**

80



Sumário

03 — INTRODUÇÃO

04 — PROCESSO ELEITORAL

05 — MOVIMENTOS APOIADORES

07 — QUEM SÃO OS CANDIDATOS?

03 — PROPOSTAS DE GOVERNO

09 — EMPREGO E RENDA

10 — DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

11 — DIREITO À CIDADE E INFRAESTRUTURA

13 — EDUCAÇÃO

15 — CULTURA

16 — FIM DA DISCRIMINAÇÃO DAS MULHERES; DIREITOS IGUAIS; FIM DO RACISMO E DA DISCRIMINAÇÃO DOS NEGROS

19 — SEGURANÇA PÚBLICA

20 — SAÚDE

21 — PCDs

22 — PROPOSTAS GERAIS



Introdução

Esta carta programa tem como finalidade apresentar as propostas de governo desenvolvidas pela militância e apoiadores da Unidade Popular ao Governo de Goiás, sendo um acúmulo coletivo da atuação dos Movimentos Sociais que compõem a Unidade Popular e das plenárias e grupos de trabalho voltados à construção da tática e programa eleitoral do partido.

Nossa plataforma é, sobretudo, um contraponto às gestões anteriores do Governo de nosso estado, cuja centralidade sempre foi a de gerir Goiás de acordo com os interesses da elite goiana, transformando o poder público em seu próprio gabinete de negócios.

Acreditamos que o estado e a direção política dele devem pertencer àqueles que realmente o constroem: os de baixo, a classe que trabalha, que produz, mas que, infelizmente, é privada da sua plena capacidade de decidir sobre o seu próprio futuro.

Votar a cada quatro anos não é sinônimo de vida política, e muito menos de democracia. Por isso, defendemos o “poder popular”: o exercício diário da vida política dos trabalhadores em seus locais de trabalho, estudo, moradia, defendendo um programa socialista para o estado. Esse é o eixo da leitura que se segue.

Goiás é um dos estados mais ricos do Brasil, mas nosso povo vive na pobreza!

O Brasil é um país rico em terras férteis, petróleo, ouro, minérios, água e imensas riquezas naturais. Assim como nosso país, o estado de Goiás é um dos estados mais ricos, tendo boa parte das terras férteis a nível nacional, além das famosas terras raras e toda a biodiversidade do cerrado.

Mas como pode um estado ser tão rico e diverso e nosso povo viver na pobreza? Nosso estado ainda carrega uma herança política oriunda das elites de Goiás, pertencentes às famílias escravocratas, que concentram terras, matam camponeses, trabalhadores e através do agronegócio invadem terras indígenas e quilombolas, desta forma influenciando a séculos na política estadual.

Segundo dados do IBGE os 20% com mais dinheiro no estado concentram cerca de 51,5% de toda a renda gerada, mostrando um grande abismo em relação aos mais pobres. Essa contradição aumenta ainda mais no campo. Os conflitos de terra em Goiás envolvendo a expansão do agronegócio, a mineração e disputas por territórios tradicionais, afetam milhares de famílias camponesas, indígenas e quilombolas.

Dados recentes da Comissão Pastoral da Terra apontam dezenas de ocorrências anuais em várias regiões do estado, afetando diretamente 2.973 famílias em 26 municípios. Enquanto os grandes latifundiários aumentam suas riquezas, o povo pobre e trabalhador perde o direito à vida.

Se existe a violência no campo, existe também a violência na cidade, onde junto com diversos governos municipais, o governo estadual destrói casas e moradias nas áreas periféricas das cidades, não tendo nenhum tipo de política mais massiva que atenda as famílias em situação de fome e sem habitação popular. Só no estado existem contabilizados no ano de 2026, mais de 4800 pessoas em situação de rua.

Enquanto o governo estadual publicamente usa o discurso que o agronegócio sustenta o estado, o que se vê diariamente é oposto. Milhares de famílias não tem o que comer e passam fome. Com esse regime social, trabalhadores do campo e da cidade ainda vivem em regimes análogos a escravidão e não tem direito a terra e moradia

Nesse mesmo caminho da desigualdade e ataques aos direitos sociais da população, as elites no estado tentam aumentar ainda mais os privilégios dos empresários e banqueiros, estes amigos de Caiado e Daniel Villela, privatizando a Saneago, uma importante empresa pública de saneamento básico e

distribuição de água para a população goiana. Assim como foi feito em outros estados a privatização aumentou a conta de água e precarizou o serviço de abastecimento de água e esgoto para o povo pobre.

Na saúde não é diferente, com OSs nos hospitais estaduais, atrasando salário de trabalhadores na área, além da péssima gestão desses hospitais em todo o estado, levando a população mais pobre a morrer nas filas esperando atendimento. Ou seja a escolha de tentar privatizar serviços estratégicos, é escolher deixar o povo trabalhador sem acesso ao básico para conseguir sobreviver.

Na educação estadual, com adoecimento de uma parcela dos profissionais de educação, onde a política do governo do estado e sua secretaria é perseguir e atacar a carreira dos profissionais de educação e sucatear o ensino nas escolas. Em outubro de 2024, o governo Caiado aprovou um plano de carreira, que na prática criou diversos retrocessos para a categoria, ampliando a perseguição aos servidores da educação estadual.

Além disso nosso estado não é um estado seguro para as mulheres. O grupo político de Caiado e Daniel, se orgulham em dizer que o estado de Goiás é o estado mais seguro do país. Será mesmo? Em 2026, Goiás totaliza um feminicídio a cada 6 dias, sendo no ano de 2025 um total de 59 feminicídios e 214 tentativas. Para fins de comparação, só no primeiro semestre de 2026 houve um aumento de 22 para 47 casos de feminicídio, um aumento de 113,6% em relação ao mesmo período no ano passado.

Não é possível construir um país e um estado mais justo enquanto uma minoria controla toda a riqueza que é produzida pela classe trabalhadora, onde os bancos lucram bilhões e a classe trabalhadora tem uma jornada de trabalho de exploração e esses se enriquecem às custas de seu trabalho.

Para mudar essa realidade, a Unidade Popular pelo Socialismo apresenta suas candidaturas e propostas para às eleições de 2026. Trabalhadores, operários, professores, servidores públicos e estudantes que conhecem a vida do povo porque fazem parte dela e lutam todos dias contra o capitalismo, enfrentando o fascismo, denunciando os crimes do imperialismo em nosso país, na luta para construção de um Brasil e uma Goiás socialistas.

Abaixo o imperialismo e viva o socialismo!

Movimentos Apoiadores

A articulação da candidatura pela Unidade Popular é uma iniciativa conjunta de diversos movimentos que se organizam em torno das principais lutas sociais que estão hoje sendo travadas no nosso Estado: pela educação, pelos direitos das mulheres, pelos direitos dos trabalhadores(as) da cidade e do campo, pelo direito à moradia e pelos direitos da juventude.

Pela pauta da educação universitária, somos apoiados pelo Movimento Correnteza, um movimento nacional de estudantes organizados em universidades públicas e privadas na luta por suas pautas específicas, destacando, no apoio à candidatura, que a educação no Brasil tem sido pauta de segunda ordem, e que vivemos num processo de destruição da educação, com universidades públicas sendo sucateadas e universidades privadas cobrando mensalidades abusivas.

No âmbito da questão das mulheres, o Movimento de Mulheres Olga Benário destaca-se no nosso campo de apoio, por levantar nacionalmente a bandeira da emancipação feminina, construindo lutas por mais creches, casas de referência e apoio, e apontando sempre como saída para as contradições impostas pelo sistema capitalista às mulheres a necessidade de construção do socialismo.

Também entre os apoiadores, apresentamos o Movimento Luta de Classes (MLC), uma articulação nacional de trabalhadores e trabalhadoras que se colocam na linha de frente da luta sindicalizada, organizando segmentos da classe operária em suas diversas reivindicações, propagandeando politicamente que somente através da construção do socialismo será possível garantir o pleno emprego e a valorização do(a) trabalhador(a).

Em consonância com uma das principais bandeiras do nosso programa – a reforma urbana – somos apoiados pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), um movimento nacional em defesa do constitucionalizado direito à moradia, pela reforma urbana e pelo socialismo. Lembramos que a reforma urbana é capaz de reduzir a fome, a desigualdade, o desemprego e diversas injustiças.

Desde 2013, esses setores organizados e insatisfeitos com a falta de representatividade política dos velhos partidos e da corrupta política tradicional, se articularam em torno do programa da Unidade Popular pelo Socialismo, que visa findar as injustiças do Brasil e da nossa região, e, de forma consequente, pautar como saída imediata para a crise o investimento no povo, a reversão das retiradas de direitos e a melhoria dos serviços públicos. Porém, não se resolve os problemas do povo brasileiro somente com política de gabinete, mas com mobilização, organização e luta nas ruas do nosso país, pois são nestes espaços, e dessa forma, que historicamente a classe trabalhadora se constituiu enquanto sujeito político consciente e capaz de decidir seus próprios rumos.

O povo é a nossa força e a nossa voz, e é para as ruas que devemos levar o embate contra os retrocessos, a níveis federal, estadual e municipal, que ameaçam a nação. Por isso, convidamos todos e todas que se dispõem à luta e a construir um projeto socialista para o país a comporem os nossos movimentos e fortalecerem a luta por um estado que esteja nas mãos daqueles que verdadeiramente o constroem.

Quem são os candidatos?

Candidata ao Governo do Estado, Luciana Amorim, 54 anos, é natural de Anápolis, é vice presidente estadual da UP, coordenadora estadual do movimento de mulheres Olga Benário – GO. Luta pelo socialismo, pelos direitos da classe trabalhadora, das mulheres e da juventude. Participou recentemente das mobilizações contra a privatização da Saneago, da luta das mulheres contra o feminicídio em Goiás. Luciana é servidora pública da Justiça Federal de Goiás, já foi candidata a vice-prefeita em 2024, à vice-governadora em 2022, e irá disputar o governo pela primeira vez.

Candidato a vice - governador CAYMMI HENRIQUE, 37 anos, nasceu em Goiânia e é trabalhador de Callcenters desde os 19 anos. Formado em direito e estudante de pós-graduação, Caymmi integra as fileiras da Unidade Popular desde 2023 e luta pela democracia proletária, pelo poder popular e pelo socialismo, faz parte do Movimento Luta de Classes (MLC-GO) e da Frente Negra Revolucionária (FNR). É candidato pela primeira vez em Goiás por nosso partido.

Emprego e Renda

- 1-Criação de frentes emergenciais de trabalho, nos bairros pobres e interiores de todo o estado, com obras de infraestrutura em saneamento, manutenção e construção de postos de saúde e moradias populares para a geração de milhares de empregos;
- 2-Garantia de auxílio emergencial, de forma permanente, até a completa oferta de emprego para a população goiana;
- 3-Reestatização da CELG e interrupção do processo de privatização da SANEAGO;
- 4-Estímulo à construção de redes de economia local e solidária: apoio às organizações de feiras agroecológicas, de artesanato e de pequenos produtores locais de bens e serviços, de modo a favorecer a cultura de apoio mútuo e descentralizado dentro das comunidades/bairros;
- 5-Garantir a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei;
- 6-Implementação, de forma emergencial, do passe livre para as pessoas em situação de desemprego;
- 7- Criação do salário mínimo Goiano e aumento de 100% dele comparado a média nacional

Desenvolvimento Agrário

7-Prioridade à fiscalização e combate aos modos de trabalho análogos à escravidão, em especial na zona rural;

8- Defesa irrestrita da agricultura familiar e fortalecimento da política de investimento e proteção a esse setor.

9-Realizar ações discriminatórias nas terras do Cerrado goiano para regularizar e retirá-las das mãos dos grileiros, entregando-as a cooperativas rurais, formadas por pequenos produtores e trabalhadores sem-terra;

10-Universalizar a assistência técnica e extensão rural, capacitação aos agricultores(as) na perspectiva agroecológica, crédito e políticas de comercialização para as famílias assentadas e pequenos proprietários(as) rurais;

11-Consolidar e avançar na reforma agrária, na demarcação de terras indígenas e quilombolas e na delimitação de parques nacionais e áreas protegidas, garantindo a integridade da paisagem e do espaço físico, econômico e social. Reforma agrária já!

Direito à Cidade e Infraestrutura

12-Estruturar as cidades a partir do planejamento territorial, da política habitacional e da mobilidade urbana com investimentos massivos especialmente nas periferias urbanas e assentamentos precarizados. O Planejamento Urbano Integrado proporciona segurança e qualidade de vida. É fundamental oferecer moradias próximas às oportunidades de trabalho e educação. Criação de um plano estadual de acompanhamento às pessoas em situação de rua e no combate a qualquer tipo de violência a essa população.

13-Implementação dos Centros de Referência do Esporte regionalizados;

14- Auditoria de todos os contratos a nível estadual com as empresas de transporte público coletivo, subsidios e afins;

15-Reestatização de todos os meios de transporte coletivo;

16-Passe livre irrestrito para os estudantes no transporte coletivo;

17-Investir na ampliação e qualificação da rede ferroviária e hidroviária para a maior integração do território estadual e nacional;

18-Recuperação de imóveis vazios para destinação à moradia e equipamentos comunitários;

19-Construir lavanderias coletivas e restaurantes populares para às pessoas em situação de fome e desemprego;

20-Incentivar a agricultura urbana e o extrativismo vegetal em áreas urbanas, utilizando-se da exploração de terrenos públicos ociosos;

22-Garantia de moradia digna, saneamento e coleta de lixo para todas as famílias goianas; destinar os imóveis abandonados para resolver o déficit habitacional; construção de um programa massivo de habitação popular. Interrupção imediata das remoções feitas contra às famílias que não tem onde morar. Reforma Urbana já

Educação

21-Efetivar um plano estadual da Escola Básica Integral;

22-Realização de um novo Concurso Público a fim de suprir o déficit de profissionais da educação em Goiás;

23-Desmilitarização e interrupção do processo de militarização dos Colégios Estaduais;

24-Reestruturação, com maior investimento financeiro, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, defesa da carreira docente e dos técnicos da universidade.

25-Lançamento de programa de erradicação do analfabetismo no estado, envolvendo redes e mobilizadores populares ligados aos movimentos sociais e educacionais;

26-Política Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia: ampliar a rede de escolas públicas de ensino fundamental, médio, técnico (COTECs e Escolas do Futuro), em especial nas periferias das grandes cidades e no interior do estado;

27-Integração do Ensino Técnico com Centros de Serviços à população;

28-Ampliar as instituições de pesquisa e integrá-las aos programas de pós-graduação, com especial atenção à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG. Ampliar o número de bolsas de pesquisa nos cursos de graduação, pós-graduação;

29-Garantia de creche, educação infantil em tempo integral e serviços específicos para o contraturno escolar para todas as crianças e adolescentes, em especial para as/os filhas/os de mães que estudam e trabalham a noite (não escolar);

30-Promover o ensino da Língua Brasileira de Sinais nos Colégios Estaduais;

31-Ampliação da rede de Educação de Jovens e Adultos –EJA e Ampliação e melhoramento das Escolas Rurais;

32- Garantia de um plano de carreira para os trabalhadores da educação no estado de Goiás;

33-Promover a educação sexual nas escolas: oferecer às crianças e adolescentes uma educação sexual que garanta o cuidado com a saúde, o combate à violência sexual e à pedofilia, e que promova respeito à diversidade sexual;

34-Fortalecimento e incentivo às Organizações Estudantis, resguardando sua autonomia. Defesa da criação de grêmios estudantis e respeito a lei do grêmio livre;

Cultura

- 32- Fortalecimento dos equipamentos culturais de memória em Goiás, como museus e centros culturais, com ampliação do investimento em toda a cadeia museológica com formação, equipamentos e ferramentas;
- 33- Criação de centros educativos de arte comunitária regionalizados, com o estudo de música, teatro, dança, artes plásticas e audiovisual de forma pública, gratuita e de qualidade;
- 34- Realização anual do Festival de Cultura Goiana, para a ampla promoção da cultura popular local e valorização dos artistas e trabalhadores da cultura do estado;
- 35- Realização de concursos estaduais anuais, com etapas municipais, de música, dança, gastronomia, artes plásticas, teatro, escrita e audiovisual;
- 36- Criação do Circuito Cultural Goiano como um programa estadual que visa promover a difusão das manifestações artísticas e culturais de Goiás de forma descentralizada, promovendo o acesso da população à diversidade de manifestações culturais e artísticas por todo o estado.

Fim da discriminação das mulheres; direitos iguais; fim do racismo e da discriminação ao povo negro

37- Firme combate à exploração sexual de mulheres e crianças;

38- Legalização do aborto, para garantir saúde pública para todas;

39- Firme punição aos infratores;

40- Lutar contra todas as manifestações LGBTfóbicas;

41-Política de reparação histórica e cultural, alterando nome de ruas, monumentos que cultuam figuras de escravistas, ditadores e genocidas. No seu lugar, devemos levantar nomes de heróis e heroínas explorados e oprimidos;

42-Programa de ampliação das vagas nos setores públicos para a população negra;

43-Garantia de ensino de história da cultura afro-brasileira;

44-Combate à violência de Estado e ao perfilamento racial;

45-Promover o debate sobre a política de planejamento familiar desde a perspectiva e a necessidade da mulher. Valorização e garantia de direitos às mulheres que se dedicam ao trabalho doméstico;

46-Enfrentar a LGBTfobia: criação de programas de estímulo à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho; formulação de políticas de saúde e seguridade social específica à parcela dessa população vítima de violências físicas, psicológica e sexual;

47-Fim de qualquer discriminação religiosa, de raça ou sexo; plena garantia à liberdade religiosa;

48-Defender um maior investimento em políticas públicas para mulheres;

49-Fomentar e auxiliar na criação de Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres. Com orçamento próprio e autonomia para trabalhar coletivamente com a comunidade para garantir melhorias e mudanças na vida das mulheres;

50-Criar os conselhos populares de mulheres para promover um amplo debate da realidade específica nos bairros e comunidades;

51-Combater todas as formas de violência de gênero realizando ações socioeducativas que esclareçam a população sobre o direito das mulheres, garantindo capacitação continuada sobre gênero para a prevenção das violências domésticas, visando o público escolar de todas as faixas etárias, profissionais do serviço público e a comunidade em geral. Para isso garantir a aplicação da lei Maria da Penha (11.340/2006), que no artigo 8º prevê a promoção de estudos, pesquisas, levantamentos de dados estatísticos referentes à violência doméstica de gênero, possibilitando um diagnóstico/mapa das violências no município que contribuam com a campanha;

52-Criar o Programa Estadual de Agentes Multiplicadores para a Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com os movimentos de mulheres, movimento populares, entidades classistas;

53-Promover políticas para a inserção de mulheres trans e travestis no mercado de trabalho, garantindo às mesmas emprego e inserção na sociedade;

54-Ampliar e garantir o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade, entre outras demandas, com a ampliação da Assistência Jurídica em parceria com as universidades e escritórios modelos de advocacia;

55-Implementar Centros de Referência/Defesa e Convivência/Integrado para Mulheres que visem o atendimento multi/transdisciplinar de mulheres (cis, trans e travestis) principalmente, mas não exclusivamente, em situação de violência doméstica e/ou de gênero, sem restrições territoriais. Com equipe técnica especializada para psicológicos, assistências sociais e orientações jurídicas, bem como espaços coletivos e de convivência, com reflexões temáticas, espaços terapêuticos, educação em direitos e oficinas socioeducativas e/ou geração de renda com profissionais capacitadas;

56-Implementar Delegacias especiais para as mulheres com atendimento 24 horas e fins de semana, qualificando os

profissionais da área de segurança pública para realizar os atendimentos com a perspectiva humanizada com as vítimas;

Segurança pública

57-Combate ao crime organizado com as forças de inteligência do estado; defesa de camera nas fardas da Polícia Militar em todo o estado;

58-Interromper o processo de militarização das Guardas Civis Metropolitanas;

60-Divulgação de dados relacionados a ocorrências atendidas pelas Polícias, com divulgação do perfil das pessoas envolvidas;

61-Melhoria das condições carcerárias, voltadas à reintegração do indivíduo encarcerado à sociedade;

62-Desmilitarização da polícia militar. Fim de qualquer repressão aos movimentos sociais;

Saúde

- 63- Construção de Centros Regionais de Saúde de Especialização Médica;
- 64- Interiorização das Unidades de Pronto Atendimento – UPA;
- 65- Implementação de Rede de Centros de Saúde da Família em todo o estado;
- 66- Distribuição de absorventes nas Unidades Básicas de Saúde, escolas e unidades prisionais;
- 67- Em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). Pelo fim das organizações sociais na saúde do estado;
- 68- Garantir o acesso ao pré-natal de qualidade, com promoção de educação em direitos para pessoas gestantes, preenchimento adequado e informado do Plano de Parto, para resguardar e garantir as decisões da pessoa gestante no pré/peri/pós parto, bem como orientações sobre as formas de violência obstétrica, a fim de preveni-las; ampliação das maternidades e criação das casas de parto humanizadas; capacitação continuada para as equipes de saúde com foco na autonomia e protagonismo das pessoas gestantes e parturientes; campanhas educativas para a comunidade em geral sobre direitos sexuais e reprodutivos, parto humanizado, fluxos de atendimentos, as formas de violência obstétrica e como denunciá-las/pedir ajuda.

PCDs

- 69- Implementação da educação inclusiva nos Colégios Estaduais, com a contratação de profissionais exclusivos e capacitados para o acompanhamento de alunos com deficiência e neuro atípicos;
- 70- Implementação regional dos Centros de Reabilitação;
- 71- Apoiar os municípios em seus planos de acessibilidade
- 72- Combate ao capacitismo e a toda forma de opressão a pessoas com deficiência e a pessoas neurodivergentes

Propostas Gerais da UP – Goiás para o estado e a nível nacional

- 1- Pelo fim da escala 6x1 sem redução de salários
- 2- Obrigatoriedade de todos os políticos usarem os SUS
- 3- Combate a qualquer tipo de discriminação a população muçulmana e árabe em nosso estado. Pelo fim da xenofobia. Palestina livre!
- 4- Em defesa das terras indígenas e quilombolas no estado
- 5- Defesa dos migrantes no estado de Goiás.
- 6- Juventude quer viver! Emprego, moradia e acesso a educação para a juventude periférica no estado.
- 7- Criação de uma empresa pública para gerir às terras raras. Contra o entreguismo das nossas riquezas ao imperialismo estadunidense
- 8- Prisão para todos os corruptos e corruptores